



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Ata nº 24 – 31 de outubro 2019

Ao trigésimo primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, no edifício sede do Município do Cartaxo, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal do Cartaxo sob a presidência do senhor Presidente Pedro Miguel Magalhães Ribeiro e com a presença do senhor Vice-Presidente, Fernando Manuel da Silva Amorim (PS) e dos senhores Vereadores, Elvira Felicidade Ferreira Rodrigues Tristão (PS), Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre (PS), Ana Isabel Coito Bernardino (PS), Jorge Bruno da Silva Barbosa Gaspar (Juntos Pela Mudança – PPD/PSD-NC) e Nuno Filipe Rosa Nogueira (Juntos Pela Mudança – PPD/PSD-NC).

Apoio – Secretariou o técnico superior Luís Miguel da Silva Benavente.

Abertura – Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram 14:00 horas, iniciando-se a mesma de acordo com a seguinte ordem do dia, previamente elaborada e datada de 28 de outubro do corrente ano:

Ordem do dia

Ponto único:

Grandes Opções do Plano, bem como, Orçamento, Mapa de Pessoal e Tabelas de Taxas a vigorar em 2020. / *para deliberação.*

A. Ordem do dia

Ponto único:

Grandes Opções do Plano, bem como, Orçamento, Mapa de Pessoal e Tabelas de Taxas a vigorar em 2020 - Proposta de deliberação n.º 79/VP-FA/2019

“Considerando que,

1. *O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 12 de abril – que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) – define como documentos previsionais, a adotar pelas Autarquias Locais, as Grandes Opções do Plano e Orçamento;
A conjugação da Lei que define o quadro de competências dos órgãos autárquicos com o estipulado pelo POCAL no ponto 3.1.1 das respetivas considerações técnicas, ficam as*





Município do Cartaxo | Câmara Municipal

↓
B

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

autarquias locais obrigadas à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil;

A execução dos documentos previsionais mencionados deve levar em linha de conta os princípios de utilização racional das dotações aprovadas e de gestão eficiente da tesouraria, garantia de que os custos e as despesas a realizar se justificam quanto à sua economia, eficiência e eficácia;

O POCAL estabelece as estritas regras e princípios previsionais às quais o orçamento se deve submeter, nomeadamente os que resultam da conjugação do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro com o disposto no Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 12 de abril;

No uso das competências determinadas pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais deve o Executivo Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento, para que esta delibere nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei;

Constitui anexo do Orçamento, de acordo com o previsto no artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo Município, bem como o mapa das entidades participadas pelo Município.

2. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta.

- a) Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, compete ao órgão deliberativo emitir prévia autorização para a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, salvo quando:

- i) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- ii) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de 3 anos;



13

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- b) Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação atual, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, pode o órgão deliberativo emitir autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou para a sua reprogramação aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.
3. A inscrição de receita é uma das contrapartidas que o POCAL apresenta para a revisão orçamental; contudo, ocorrem situações em que não se pretende aumentar a despesa por conta da receita a inscrever, mas apenas garantir a sua inscrição orçamental que é uma condição necessária à respetiva liquidação e cobrança.
- Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal submeter à Assembleia Municipal a autorização para a inscrição de rubricas de receita, cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento.
4. Nos termos do artigo 28º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei nº 35/2014 de 26 de junho, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento, cuja aprovação, que é competência da Assembleia Municipal, tal como estipula o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação vigente, deve ocorrer simultaneamente com a aprovação daquele documento. Compete à Câmara nos termos da alínea ccc) do nº 1, do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para que este órgão nos termos do disposto na alínea o) do nº 1, do artigo 25º da mesma Lei aprove o mapa de pessoal para 2020;
5. Nos termos do nº 1 do artigo 9º, do Regime geral das Taxas das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 53-E/2006 de 29 de dezembro, na sua redação atual, é estabelecido que as taxas serão atualizadas anualmente conjuntamente com a proposta de Orçamento.
- Assim, com base nos considerandos acima vertidos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo:
1. As Opções do Plano e a Proposta de Orçamento para 2020;
 2.
 - a) Autorização prévia para abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico ou em ano que não



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

seja o da sua realização cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano (Ações Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos), até ao seu montante e prazo máximo, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

- b) Autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais ou para a sua reprogramação cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano (Ações Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos), até ao seu montante e prazo máximo, excetuando-se os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação atual, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA.*
- 3 *A inscrição de rubricas de receita, desde que não se pretenda aumentar o valor global do orçamento;*
- 4 *Proposta de Mapa de Pessoal para 2020;*
- 5 *Proposta de atualização da tabela de taxas anexa ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas para o ano de 2020;*
- 6 *Proposta de atualização da tabela de taxas anexa ao Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas para o ano de 2020.*

O Vereador com competências delegadas,

(Despacho n.º 11/2017/PC-PMR de 17-10)

Fernando Manuel da Silva Amorim"

Presidente

Cumprimentou os presentes.

Começou por corrigir o número da proposta de deliberação que, por lapso, foi indicada com o número 75, em vez do número 79.

Referiu que o Cartaxo continua a ser um Município em rotura financeira e deverá continuar, previsivelmente, por mais 30 anos, de acordo com o Plano de Ajustamento Municipal. Julga que todos conhecem as restrições da C.M.C. que estão refletidas ao nível da proposta de orçamento municipal para o ano de 2020.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Os compromissos a assegurar são aqueles que nos últimos anos, pelo menos desde que assumiu a presidência da C.M.C., tem procurado fazer, porém sempre com o objetivo de prosseguir a orientação do reequilíbrio orçamental que, naturalmente, procura maximizar as receitas e reduzir das nossas despesas.

Reconhece que existem dificuldades na redução da despesa, nomeadamente porque:

- todos os dias é chamada a resolver inúmeros problemas aos nossos concidadãos;
- constrangimentos externos que, naturalmente, não se conseguem controlar;
- o novo regime de Bombeiros Municipais/Sapadores que acresce bastante as despesas com o pessoal;
- necessidade de recorrer a trabalho extraordinário;
- compromissos que procuram assegurar, inerentes ao cumprimento do PAM e com o exercício da reestruturação da dívida financeira e não financeira.

Salientou que, o Município do Cartaxo, ainda hoje, tem o terceiro maior rácio de endividamento municipal do país (4,86%).

Referiu que o primeiro semestre de 2019 estava nos 3,98 % e o executivo está a fazer um esforço para fechar o ano dentro do parâmetro do FAM, ou seja, cerca de 3,92%.

Recordou que:

- o prazo médio de pagamentos no ano de 2013 era cerca de 373 dias, atualmente o prazo médio é de 31 dias;
- a taxa de execução no ano de 2013, quando tomou posse, era a mais baixa do país (19,20%) e ao que tudo indica, este ano vai ser fechado com uma taxa de execução da receita acima dos 85%.

Na proposta de orçamento está consubstanciada a despesa inerente à entrada de mais 37 trabalhadores no quadro, no âmbito do programa de regularização de vínculos precários na administração pública. Este orçamento também reflete aquilo que tem sido uma exigência do Município no reforço de recursos humanos, nomeadamente no que está previsto para a educação. Quase todos os dias os telejornais abrem com notícias de problemas de segurança, vigilância e limpeza nos estabelecimentos escolares, por via da escassez de recursos humanos. Há, ainda, o reforço de meios humanos para as áreas dos serviços gerais e para a corporação de Bombeiros Municipais (novo regime de sapadores no cumprimento da nova legislação).

Referiu que no último mandato, houve um ponto de viragem acentuado no relacionamento de quem está a exercer o poder na C.M.C. com todas as forças políticas, até porque nas eleições



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

Handwritten signature or initials.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

do ano de 2013, os eleitores decidiram que o PS ficaria a governar este Município, mas sem maioria absoluta, algo que não acontecia desde 1997. Julga que o caminho que o executivo fez, no anterior mandato, foi de corresponsabilização de grande dialogo entre todas as forças políticas e, independentemente de agora o executivo estar a governar com maioria absoluta, mantém o mesmo princípio. Houve um reforço dos canais de comunicação com todas as forças políticas, que não se resume, apenas, à reunião do direito à oposição onde as forças políticas são chamadas a opinar, mas também em relação aos processos mais estruturantes para o nosso concelho. O executivo tem conseguido, ao longo do tempo, manter o diálogo e a abertura para se sentar à mesa com todas as forças políticas, para discutir as melhores estratégias de um conjunto de dossiers estruturantes.

Deu nota positiva às forças políticas que apresentaram contributos e fizeram chegar as suas propostas. Salientou que, a maior parte das forças políticas, têm uma forte adesão à realidade do Município, porque tendo em conta a capacidade financeira da C.M.C., só apresentaram propostas possíveis de serem realizadas.

Dentro das propostas do PS e tendo em conta as propostas apresentadas pelas forças políticas, o orçamento assenta nos seguintes 5 pilares estratégicos principais:

1. Cartaxo mais acessível. Neste sentido, realçou as conquistas do anterior mandato, nomeadamente a verba de 5,4 milhões de euros de fundos comunitários para investimento, com destaque para as intervenções que incidem sobre as questões da requalificação urbana, da mobilidade, com principal foco naquilo que tem a ver com a promoção do maior equilíbrio entre o trânsito pedonal e forte preocupação para as pessoas com mobilidade reduzida, trânsito automóvel e de bicicleta. Neste sentido, foi aprovado os princípios deste programa estratégico de desenvolvimento urbano no anterior mandato por unanimidade, que tem dois programas principais: o PAMUS (com cerca de 1 milhão de euros para melhoramento e alargamento de passeios, abrigos para as paragens de autocarros, construção de ciclovias, alargamento da zona de estacionamento do parque de Santana. O PARU que teve cerca de 2,2 milhões de euros, que para além da reconversão do antigo posto da GNR para arquivo municipal e das intervenções do Mercado Municipal, também financiou as intervenções da rua Mouzinho de Albuquerque, está a financiar a rua da República e a rua S. Sebastião e, ainda, aquilo que é proposto para 2020 (rua Serpa Pinto e Largo da Igreja).
Ao nível do Cartaxo mais acessível, destacou aquilo que foi a conquista de norte a sul do país, nomeadamente os passes sociais com valor mais reduzido, que também se reflete ao nível do TUC que vai ter o seu horário mais alargado no mês de novembro (3



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

horários de manhã, 3 horários ao final do dia, com paragem na Zona Industrial Cartaxo/Vila Chã de Ourique e na Estação Ferroviária de Santana).

Reafirmou que esta proposta de orçamento de plano de atividades, também contempla aquilo que queremos iniciar ainda este ano, nomeadamente a discussão pública da eventual reabertura da E.N. 3 e aquilo que podemos melhorar ao nível dos fluxos de circulação dentro da cidade e concelho e, naturalmente, a necessária intervenção posterior ao nível da sinalização e sinalização informativa. Salientou que o executivo vai continuar com o reforço das medidas de abrandamento de trânsito, aumento da segurança de quem circula, principalmente junto às zonas habitacionais e parque escolar. A C.M.C. também vai dar continuidade ao plano de pavimentação das estradas, reforçar zonas de calcetamento, pinturas rodoviárias e iluminação de barreiras arquitetónicas, sobretudo para o trânsito pedonal.

2. Cartaxo mais empreendedor. O executivo vai prosseguir com a estratégia, em parceria com o conselho de administração da Valleypark, que a C.M.C. também integra, para a atração de empresas. Vai, ainda, prosseguir com a mesma estratégia para o Casal Branco e para a Zona Industrial do Cartaxo/ Vila Chã de Ourique. O executivo vai continuar a dar prioridade a um trabalho extremamente complexo que temos para resolver, o polo industrial da Lapa.

Transmitiu que no ano de 2020, o executivo pretende que o conselho empresarial assim como a carta do investidor, sejam uma realidade. O executivo vai dar continuidade ao esforço enorme que tem feito para a “Via Verde” para o investimento em que as empresas e os investidores que entregam a documentação toda, de acordo com aquilo que é definido pelas nossas normas urbanísticas, tenham 30 dias para o licenciamento. Dar continuidade a este trabalho conjunto com o grupo que foi criado de comerciantes do Cartaxo e com a relação mais próxima que hoje temos com a Associação de Comerciantes de Santarém, naquilo que tem a ver com parcerias para a dinamização do comércio local. O executivo quer dar continuidade à zona dos bares que, finalmente, este ano teve duas propostas.

Referiu que, o executivo pretende relançar o projeto Cartaxo Capital do Vinho e que este está inscrito na proposta de orçamento com uma verba residual, porque é entendimento que, no primeiro ano, há muito trabalho a fazer de parceria e de criação de sinergias, que não depende de grandes verbas para aquilo que nós pensamos fazer, sobretudo para valorizar a cultura da vinha e do vinho, a rota das adegas, a rota dos petiscos, a valorização daquilo tem a ver com a gastronomia da Lezíria do Tejo, a promoção dos fandangos do Ribatejo a património material da humanidade, o



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

LB.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

enoturismo, as rotas que passam pelo nosso concelho e que já estão sinalizadas, nomeadamente os percursos de Valada e os caminhos de Fátima e de Santiago. Para além disso do referiu que, o executivo também procura trabalhar com as associações ambientais naquilo que tem a ver com valorização do património natural do Tejo e com a sua biodiversidade, nas áreas de cultura, de desporto ou do turismo que está a trabalhar muito nestas áreas. Quanto ao turismo entende que este é um vetor bastante importante para o nosso concelho e salientou que, neste momento, existem 5 hotéis no concelho, um a ser construído e os outros em apreciação na câmara.

A C.M.C. pretende continuar a realizar e a organizar a ExpoCartaxo, a valorizar a Feira de Todos os Santos, a Festa do Vinho e a continuar a dar apoio às empresas do nosso concelho que gravitam na área do turismo a assegurar a presença na Bolsa de Turismo de Lisboa.

3. Um Cartaxo mais jovem. Aplauda as iniciativas já apresentadas pelos vereadores da coligação Juntos pela Mudança, que o executivo valoriza e que pretende implementar, nomeadamente no reforço da educação pré-escolar. O Executivo tenciona abrir, no próximo ano letivo, duas salas de jardim de infância público na cidade do Cartaxo e, este investimento, já vem refletido na proposta de orçamento. O Centro Escolar e a reabilitação do Pavilhão Desportivo da E.B. 2 e 3 de Pontével já estão concluídos, agora é urgente reabilitar a Escola E, B, 2 e 3 de Pontével, nomeadamente nas pinturas e nos trabalhos de impermeabilização. Salientou que, na proposta de orçamento, um dos valores mais elevados previstos para o próximo ano, tem a ver com a reabilitação da E.B. 2 e 3 de Pontével. A Escola Básica 2 e 3 do Cartaxo também carece de algumas intervenções, mas a C.M.C. vai procurar fazer estas beneficiações através de meios próprios e de forma faseada. O executivo vai também acompanhar as juntas de freguesia em relação à educação e aos equipamentos educativos, no âmbito das competências que a câmara lhes direcionou/descentralizou e que tem a ver com a requalificação do parque escolar. Como todos sabem, as juntas de freguesia têm verbas para reabilitar aquilo que tem a ver com as escolas do primeiro ciclo e com os jardins de infância públicos e a câmara, naturalmente, irá acompanhá-los neste exercício. Transmitiu que o executivo tem o objetivo de estabelecer um acordo ou um protocolo de cooperação com a Escola Superior de Educação naquilo que tem a ver com dois trabalhos que nos parecem importantes, o plano educativo Municipal e o plano Municipal da Juventude, com a intervenção do Conselho Municipal da Juventude. Transmitiu, ainda, a preocupação do executivo, para que haja um reajustamento de oferta educativa formal às necessidades de desenvolvimento do



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

concelho, em articulação com o nosso tecido empresarial, não apenas para o concelho do Cartaxo, mas também para a nossa região. As visitas que tem sido feitas às nossas empresas têm servido para atualizar esta questão e para preparar, para o próximo ano, a organização de uma feira história que, em princípio, terá o nome de Feira do Futuro, onde vamos procurar conciliar desde as instituições educativas às instituições de ensino superior da região, associações empresariais e comerciais e toda a gente que possa estar presente e perceber aquilo que é urgente criar, não apenas para o concelho do Cartaxo, mas como para a região como oferta educativa. Nós temos 5 hotéis que daqui a 3 anos podem ser uma realidade no concelho. Cada vez se vê mais investidores a virarem-se para as áreas do enoturismo, e não é só no concelho do Cartaxo, passa também por Vila Franca e por todos os concelhos que gravitam aqui, seja da Lezíria, do médio Tejo ou da região oeste. As unidades hoteleiras estão a crescer em grande número e, é fácil de antecipar que vamos ter necessidade de uma determinada oferta formativa ligada a esta área e, neste momento, temos a noção que, o ensino superior, não está direcionado para aquilo que são as necessidades de quem hoje já trabalha. Comentou que, o concelho do Cartaxo tem, pelo menos, umas 5 empresas na área da metalomecânica e na área de trabalho com fibra que, neste momento, têm máquinas paradas porque não têm mão-de-obra. Facilmente apercebemo-nos desta diferença, ou seja, entre aquilo que está a ser formado e aquilo que temos como reais necessidades dentro das nossas empresas e, esta feira, procura aproximar todos aqueles que investem, aqueles que formam e aqueles que, a curto prazo, estão a tomar decisões sobre o futuro da sua vida e poderem perceber para onde poderão direcionar para terem oportunidades de trabalho no concelho onde hoje vivem.

Transmitiu que já foram celebrados protocolos para as questões da educação ambiental, mas também é preciso alargar iniciativas naquilo que tem a ver com a educação para a cidadania.

Em relação às escolas, a C.M.C. vai dar continuidade:

- à melhoria na organização e gestão dos transportes escolares, em articulação com as direções de agrupamento de escolas e com as nossas Juntas de Freguesia;
- ao bom trabalho e à boa articulação que tem existido nas medidas de apoio às famílias na educação pré-escolar e naquilo que tem a ver com o 1º ciclo, com as atividades de enriquecimento curricular;



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- às iniciativas de formação parental, seja aquilo que são iniciativas de há muitos anos dos nossos serviços de Ação Social seja também naquilo que tem a ver com o plano de fomento do sucesso escolar no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo;
- à valorização, quer do papel do Conselho Municipal de Educação quer naquilo que tem a ver com o Conselho Municipal da Juventude, que reuniu também para o auscultar sobre as propostas para este orçamento;
- ao orçamento participativo cuja verba também vem em orçamento.

O Executivo vai ainda:

- relançar o Cartão Jovem Municipal que foi, também, a discussão no último C.M. Juventude;
- fomentar um conjunto de iniciativas para aproximar o poder executivo das escolas. Neste sentido está a ponderar realizar reuniões de Câmara, algumas de caráter extraordinário, em horário escolar e nas escolas para que os alunos possam observar como é que a tomada de decisão e como é que as questões são instruídas. Na sua opinião, é um bom exercício de democracia. Vai, ainda, conversar com o presidente da Assembleia Municipal para aumentar as assembleias municipais de jovens, pelo menos uma vez por período escolar.

Salientou uma matéria que foi proposta em Conselho Municipal da Juventude pela JSD e, também, no programa eleitoral do PS, ou seja, um fórum de estudantes de ensino superior para que eles próprios possam ser inspiradores para outros alunos. A ideia é construir uma base de dados para trabalhar em rede com aqueles que saíram do concelho para obter formação superior. Julga que era importante fazer este ponto de encontro entre os estudantes, naturalmente de várias faixas etárias, para procurar saber dos alunos que saem do Cartaxo à procura de novas experiências por esse mundo fora.

Ao nível do apoio ao associativismo jovem, cultural e desportivo, transmitiu que, no âmbito da revisão orgânica a concretizar em 2020, o executivo está a pensar em criar um gabinete de apoio ao associativismo para dar apoio nas áreas da logística, jurídicas, fiscais, contabilísticas e formativas de gestão, para auxiliar os dirigentes associativos no nosso concelho.

Referiu que a vereadora da cultura está a trabalhar no aumento das dinâmicas, nomeadamente na biblioteca Marcelino Mesquita, Museu e Centro Cultural que foi um dos três contemplados com a adesão ao programa Eunice. Este programa vai permitir



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

f
B.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

melhorar, diversificar e qualificar a oferta cultural do nosso Centro Cultural sem nunca esquecer, naturalmente, o trabalho do associativismo do nosso concelho que tem um papel de formação e de ocupação de tempos livres, dos mais e menos jovens, extremamente importante.

Salientou o trabalho que está a ser feito ao nível das redes de voluntariado e, aquilo que também está inscrito em sede de orçamento, ou seja, procurar soluções para a verba que temos para implementar novos equipamentos de *skate park*, assim como ao nível da manutenção e de novos de parques infantis.

4 – Cartaxo mais verde. Referiu que está contemplada em sede de orçamento a aquisição de um novo carro de recolha de lixo e, também, a possibilidade de haver uma boa oportunidade de negócio para aquisição de uma varredora mecânica, que possa melhorar otimização dos recursos humanos e melhorarmos naquilo que tem a ver com a limpeza dos arruamentos.

O executivo tem a perspectiva de melhorar e reforçar os recursos na nossa manutenção de jardins e de zonas verdes.

Ainda este ano, há a expectativa da C.M.C. lançar o procedimento para os sanitários públicos no centro do Cartaxo, cuja a verba também está no orçamento para 2020, tendo em conta que, só nesta altura, é previsível que o procedimento de execução seja assegurado e os trabalhos pagos.

Transmitiu que este novo ciclo que se vai abrir em 2020 com os municípios da Resiurb e da Ecoléziria, num novo sistema que a curto prazo será o da Resitejo, naquilo que tem a ver com a intenção de sistema intermunicipal, melhorar o número de Ecopontos em cada um dos concelhos e o reforço em alguns espaços públicos, naquilo tem a ver com dispensadores de beatas e de sacos para recolha de dejetos de animais.

O executivo tenciona, no próximo ano, requalificar o ponto onde os agricultores da freguesia de Valada depositavam os plásticos agrícolas.

O executivo está a trabalhar para que em 2020, seja o ano da transferência do Ecocentro, que está junto ao cemitério, para a nossa estação de transferência de resíduos junto à zona industrial Cartaxo/Vila Chã de Ourique, com largas vantagens de horários, acessibilidades e de capacidade de recolher deste tipo de resíduos.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Referiu que 2020 é o ano da conclusão do PDM, que se encontra em fase de sinal de apreciação, quer da parte da Agência Portuguesa do Ambiente quer da parte da CCDR de Lisboa.

Referiu que as ETAR de Pontével e de Valada já estão a funcionar, contudo é preciso fazer o devido acompanhamento e monitorização naquilo que são as etapas seguintes, nomeadamente as ligações dos ramais das freguesias e acompanhar e fiscalizar as obras em curso da ETAR da Lapa, que também irá servir a Ereira.

O executivo vai dar continuidade à substituição de iluminação pública. Calcula que no final do ano de 2020, o concelho do Cartaxo tenha mais de 50% de tecnologia led na iluminação pública que, para além de ser amiga do ambiente, também reduz a fatura energética do nosso município.

O executivo pretende dar continuidade às políticas que asseguram o bem-estar animal, não apenas naquilo tem a ver com a gestão do Canil (ainda há pouco tempo foi decorreu o concurso e o contrato já está assinado para os próximos anos), mas também virar aqui preocupações e no mês de novembro o executivo vai ter uma reunião com várias associações de proteção animal sobre o tratamento adequado ao problema das colónias de gatos e naquilo que tem a haver com o estatuto dos seus cuidadores.

5 - Um Cartaxo mais solidário. Dar continuidade ao trabalho de valorização da nossa rede social e acompanhar aquilo que são as comissões sociais de Freguesia.

Destacou o importante trabalho realizado pela CPCJ, que tem todo o apoio do município. Costuma-se dizer que quando a CPCJ não é notícia é um bom sinal, mas não podemos esquecer o trabalho enorme das pessoas que integram a nossa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, quer ao nível das políticas de educação parental quer da forma como têm trabalhado na prevenção de muitos casos, na sinalização de casos e no devido encaminhamento. Por tudo isto, merecem aqui uma palavra de estímulo, pois tem sido um trabalho extraordinário tão bom que nós não damos por ele.

O executivo vai continuar vigilante relativamente aos médicos de família ou, aos médicos que asseguram a prestação de cuidados aos nossos concidadãos, que não tendo o estatuto de médico de família estão coordenados por um médico de família. O ano de 2019 foi de excelentes notícias a este nível e, hoje, todos os municípios têm um médico atribuído, ainda que tecnicamente possa não ser médico de família, mas é um médico que dá apoio aos nossos concidadãos.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

[Handwritten signature]

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Transmitiu que a proposta do executivo em assumir as competências na área da saúde e que, por via disso, 2020 possa ser um ano de obras na extensão de saúde de Vale da Pedra, que precisa de obras urgentes, mas também naquilo que são obras de manutenção da estação de saúde de Pontével que começa a carecer, depois de todos estes anos, de obras de manutenção para que possa manter o nível de qualidade que hoje oferece.

O executivo vai continuar a promover e a valorizar as nossas IPSS e o trabalho que fazem. No trabalho da rede social tem sido importante esta parceria para otimizar as sinergias e, também, para dar apoio a todos aqueles que nesta área, como é o caso daquilo que temos acompanhado e apoiado de um privado querer instalar-se nos Casais Lagartos para dar mais respostas sociais, públicas ou privadas, no nosso concelho. É preciso continuar a estimular e, por isso, ainda há pouco tempo, a C.M.C. enviou um ofício a alertar as IPSS, para além das reuniões que tem promovido com o diretor da Segurança Social Distrital de Santarém e com as IPSS, para os manter inteirados informados naquilo tem a ver com o novo programa PARES, que vai financiar infraestruturas ao nível dos lares.

O executivo vai reforçar e dar continuidade à promoção de políticas de envelhecimento ativo. O Programa Viver Mais Viver Melhor vai continuar e, consoante aquilo que é o trabalho com as pessoas que o integram, sempre que possível, as atividades vão ser alargadas, dentro daquilo que são os seus interesses e, aprofundar as sinergias que já existem com a Universidade Sénior do Cartaxo, Universidade Sénior de Vila Chã de Ourique e com a Junta de Freguesia de Pontével, que tem um trabalho direcionado para os mais idosos.

Quanto ao plano estratégico de desenvolvimento urbano, transmitiu que este também tem diversas preocupações, nomeadamente na iluminação de barreiras arquitetónicas e no desenho dos novos percursos pedonais e alargamento de passeios, para dar maior comodidade à população mais envelhecida, naquilo que tem a ver com a sua mobilidade.

O executivo vai dar seguimento ao trabalho tem feito junto dos sucessivos governos que é reivindicar.

O Executivo vai continuar a dar continuidade ao trabalho que tem feito junto dos sucessivos Governos, ou seja, reivindicar, com especial atenção para a GNR para que haja um reforço de meios, quer humanos quer operacionais. A GNR, ainda, tem poucos veículos e, no nosso entendimento, precisa também de um reforço ao nível dos recursos humanos, para uma segurança melhor salvaguardada, nomeadamente em relação à população idosa que, pela idade estão expostos a problemas de segurança.

Destacou, ainda, as seguintes medidas, que também constam na proposta de orçamento:



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

f. B.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- Reforço das verbas no apoio ao medicamento;
- Protocolo celebrado para reforçar o nosso trabalho no apoio às vítimas.

Comentou que havia muito para dizer sobre aquilo que expôs, mas quis dar um quadro geral dos objetivos que são perseguidos por esta proposta de orçamento, com as limitações que existem. Todos queríamos chegar mais longe, mas com os recursos que existem e depois da auscultação das forças políticas, dos núcleos empresariais, da Associação de Comerciantes, dos agrupamentos de escolas e do Conselho Municipal da Juventude, diria que, em síntese, estas são as prioridades que o executivo definiu.

O executivo quer um concelho mais vivo, com mais esperança, com mais intervenção dos nossos concidadãos, mais empreendedor e mais solidário e, assume que o caminho é bastante difícil pelas limitações financeiras, mas maiores que as essas limitações é a vontade de fazer bem e de corresponder às expectativas daqueles que depositaram a confiança em cada um de nós.

Reiterou os agradecimentos a todas as forças políticas e associações consultadas que apresentaram propostas. A primeira palavra de gratidão aos serviços da C.M.C., não apenas na pessoa da Dra. Ana Margarida Ferreira, mas de todos os serviços que se empenharam.

Salientou que este foi o exercício mais difícil, desde que é presidente de câmara. Foi um orçamento extremamente difícil, porque são muitas as urgências que a C.M.C. tem para tratar no concelho e, por isso, é difícil definir prioridades. As urgências são muitas, mas um exercício responsável é assumir aquilo que podem ser prioridades.

Há rubricas com pouco dinheiro na proposta de orçamento, porque o executivo quis ser realista e, portanto, há rubricas que serão reforçadas se houver capacidade de executar receita a cima daquilo que é aspectável.

Deixou uma palavra de reconhecimento ao Senhor Vice-Presidente, pois para quem tem o pelouro das finanças, este é de facto um exercício bastante complexo. Não é fácil, construir um orçamento com tão pouco dinheiro para o investimento, ou seja, a herança da dívida e o carregamento das despesas às quais não podemos fugir (água, luz, gás, pagamento dos salários) deixa pouca margem para aquilo que todos desejavam para o concelho no ano de 2020.

Deixou, ainda, para todos uma palavra de ânimo e de esperança, pois com sentido de responsabilidade o executivo vai dar continuidade ao caminho dos últimos anos, ou seja, contas certas, pagar a tempo e a horas (hoje pagamos a 31 dias) e baixar os encargos de



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

dívida, pois quanto maior for a credibilidade do concelho, mais dívida pagamos e mais conseguimos direccionar os recursos financeiros para os investimentos urgentes que temos para fazer no nosso concelho.

Vice-Presidente

Agradeceu as palavras do Senhor Presidente e estendeu as mesmas à Dra. [REDACTED], que também o acompanhou neste processo e, ainda, a todas as pessoas que, também, participaram ativamente no mesmo.

Referiu que este orçamento é de 19 milhões e 430 mil euros e vem na linha dos últimos três anos. Não foi possível, ainda, este ano conseguir baixar o orçamento para verbas aproximadas de 17 milhões de euros que, entende, ser esse o orçamento do Município do Cartaxo, ou seja, um orçamento base zero, mas como as necessidades ainda são muitas é muito difícil fazer face. Este orçamento foi começado a construir na segunda quinzena de setembro, após a aprovação das contas semestrais, e temos cerca de uma previsão de 2 milhões 400 mil euros, que estão no orçamento de 2020, que são compromissos que ainda vão decorrer durante o ano 2019 e que o executivo não tem a certeza se vai ter a fatura e o pagamento dos mesmos. Portanto, há aqui um risco que o executivo vai ter que assegurar, para quando o orçamento transitar as obras tenham essas verbas. Temos 2 milhões e 400 mil euros de um conjunto de fornecimentos e serviços que vão decorrer entre os meses de outubro, novembro e dezembro, portanto, quando estes compromissos forem pagos, todas estas rubricas serão ajustadas, normalmente na integração, ou na revisão da integração do saldo do orçamento 2020. Deste modo, não vai haver surpresas para qualquer fatura que chegue no mês de janeiro, de uma obra feita em dezembro, pois vai ter o compromisso e o pagamento assegurado.

A nível de despesas, referiu que existe aqui um incremento significativo e que, em termos de orçamento, tem tendência a piorar, mas em termos de questões de pessoal e de renumeração ainda bem, ou seja, as despesas com o pessoal estão a crescer. Este orçamento tem que:

- contemplar 66 vagas que já estão propostas no mapa de pessoal, assim como o vencimento para as mesmas;
- tem que contemplar um orçamento de 227 mil euros para a requalificação do corpo de bombeiros;
- tem que fazer face às progressões na carreira, que não existiam e que também tem um valor significativo nos quadros de pessoal;
- fazer face à nova descentralização de competências, aprovada na área da saúde e que veio trazer mais alguns postos de trabalho.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

4 B.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Portanto, a C.M.C. passou de um orçamento de 6,8 milhões de euros para 7,1 milhões de euros, o que trás alguma dificuldade uma vez que a receita do município tem uma forma linear, ou seja, evolui de uma linear e temos aqui despesas com o pessoal para evoluir uma forma exponencial, o que pode trazer alguns problemas de futuro.

Em termos de política do Governo Central, referiu que os municípios que têm Bombeiros Municipais têm que fazer um "forcing", para que haja algo diferenciador para os mesmos, pois é incompreensível que a nossa corporação custe à volta de um milhão de euros enquanto um município com uma corporação de Bombeiros Voluntários, se calhar, gasta metade. Há 21 municípios que estão nesta situação e para quem têm tão poucas receitas, é um problema.

Por outro lado, a aquisição de bens e serviços, que ao longo do ano e durante a execução do orçamento, terá que diminuir obrigatoriamente. A C.M.C. tem que poupar ao máximo nestas rubricas, mesmo durante a execução do orçamento, porque são as únicas que se podem mexer. Tirando esta rubrica e a aquisição de bens de capital, praticamente, não se pode mexer no orçamento.

Quanto a outras rubricas salientou:

- 1.565.000,00 milhões de euros para o serviço da dívida;
- 886 mil euros para juros, o que dá 2,4 milhões de euros para o serviço da dívida.

Continua a ser um orçamento desequilibrado, ou seja, à imagem do ano 2019, contudo o executivo vai tentar, através da execução, chegar ao final com o orçamento equilibrado. No ano de 2020 vai-se passar a mesma coisa, até porque a C.M.C. está dentro do limite dos 5% previsto na lei. Neste momento, prevê-se 795 mil euros de desequilíbrio e a C.M.C. tem 653 mil euros. Portanto, é um orçamento à margem da lei, que está lá só para efeitos de limite máximo e temos que pugnar, para que na execução deste orçamento isso não venha a acontecer.

Em termos de endividamento, referiu que o executivo começou no ano de 2013 e o indicador que a DGAL dá, que é o mesmo do anuário dos municípios, não faz referência às contas consolidadas. Neste sentido, lembrou que no ano de 2013 havia a RUMO, que nas contas consolidadas dava um grau de endividamento de 4,86 e, desde que a RUMO foi extinta (2017), a C.M.C. tem um grau de endividamento de 3,99 e, vai terminar o ano, com 3,96. No final do ano de 2020, é espectável que seja 3,84.

Referiu que 2019 é o ano da curva descendente para a questão do endividamento. Neste sentido, lembrou que, este facto não era possível até ao ano 2019, aliás como estava



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

previsto no FAM, porém, o ano 2019 vai terminar com esse valor mais baixo e no ano de 2020 ainda ficará mais baixo.

Relativamente aos pagamentos em atraso, o executivo conta que, no final do ano de 2019, o valor seja inferior a 127 mil euros e, no ano 2020, já perspectiva que não haja pagamentos em atraso.

Em termos de prazo médio de pagamentos, é defensor que nunca devemos ter valores inferiores a 30 dias, (neste momento o município tem 31 dias) e o objetivo para o ano 2020 vai ser entre os 25 a 30 dias.

Em relação aos fundos disponíveis, referiu que é uma questão de obrigatoriedade legislativa e a C.M.C. tem de os manter positivos, tal como tem acontecido desde janeiro de 2018.

Vereadora Elvira Tristão

Cumprimentou os presentes.

Começou por reiterar o que foi dito pelo senhor presidente e pelo Senhor Vice-Presidente. Esta proposta de orçamento é um exercício difícil porque é sempre difícil ter que ajustar o orçamento que temos às necessidades de investimento e de funcionamento e isso obriga a um exercício de rigor e critérios na escolha dos investimentos prioritários, apesar de sabermos que as urgências são muitas e, que por vezes, corremos o risco de não corresponder a todas as expectativas, mas, é por isso mesmo, que o exercício é mais desafiante, para dar resposta ao que é mais prioritário, com espírito de serviço e de interesse público.

Pensa que, uma das características que este orçamento tem, já vem do mandato anterior, ou seja, dá atenção a pequena grande obra, nomeadamente ao nível da requalificação do edificado municipal, nas suas mais diversas vertentes. Lembrou uma rubrica que também está prevista que contempla a recuperação do parque de máquinas no sentido de dar melhores condições de trabalho àqueles que, todos os dias, fazem do concelho do Cartaxo um concelho um pouco melhor.

Reforçou o que foi dito acerca da necessidade de criar mais meios operacionais, quer ao nível da limpeza urbana quer ao nível da recolha e deposição dos resíduos sólidos urbanos.

A grande atenção dada às questões da mobilidade, quer a mobilidade pedonal e rodoviária, no nosso concelho, quer à mobilidade dos nossos cidadãos, para fora do concelho, com o programa PARES, que também se reflete no orçamento da C.M.C., apesar de ser um programa do Governo.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

J.B.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Referiu que, este é um exercício difícil, porque obriga ao cumprimento de exigências que visam o reequilíbrio financeiro do município.

Relembrou um dos desafios que a C.M.C. tem pela frente e que, em breve, terá que ser deliberado em reunião de Câmara, é a questão da inversão da tendência do défice tarifário na recolha e deposição dos resíduos sólidos urbanos, que vai também contribuir para um Cartaxo mais verde, na medida em que os cidadãos vão ter consciência de que o lixo é um problema de todos, e não só do município.

Este orçamento é também um exercício difícil, porque nos obriga a tirar maior partido dos fundos comunitários, quer no âmbito de reabilitação urbana, quer no âmbito da mobilidade, quer, ainda, na reclassificação do nosso parque escolar como é o grande *"sacrifício"* que a C.M.C. vai ter que fazer para levar a cabo uma obra que há décadas é exigida por todos nós, a requalificação da Escola Secundária do Cartaxo.

No que diz respeito ao aproveitamento dos fundos comunitários, referiu, também, aqueles que, no âmbito do fundo social europeu, dizem respeito à requalificação da qualidade de vida social e cultural das pessoas e das comunidades e, chamou a atenção para uma verba que está prevista, no âmbito do programa *"Cultura para Todos"*, que visa utilizar a cultura como ferramenta para a inclusão social. Pensa que este programa terá um grande impacto na esperança da população mais desfavorecida. É, também o caso, do protocolo *"Abem"* que a C.M.C. tem com a Dignidade para o apoio ao medicamento.

Relembrou a proposta de protocolo que existe com *"A Farpa"*, no âmbito de trabalhar as questões dos problemas de integração social daqueles que têm problemas de saúde mental e, que por via de um tratamento e de um acompanhamento mais próximo, cria condições para a sua inclusão social.

No que diz respeito à cultura, salientou o esforço que têm sido feito no sentido de tirarmos partido das nossas parcerias estratégicas para a programação cultural, como é o caso do recente protocolo que a C.M.C. pretende vir a assinar com o Teatro Nacional Dona Maria II e com a Ageas, no âmbito do Programa Eunice, porque queremos não só qualificar a oferta cultural do centro cultural, no âmbito do teatro, mas também, atraímos os públicos da região, o que aliás, vem a acontecer nos últimos tempos. A C.M.C. também aposta na mediação e criação de públicos com projetos e com ofertas relacionadas com as escolas.

Referiu a necessidade de reforçar os recursos humanos na área da cultura e, também, a necessidade da C.M.C. investir na área da promoção da leitura, com o serviço de apoio às bibliotecas escolares, que é um protocolo que a autarquia tem com os agrupamentos escolares



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

[Handwritten signature]

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

e com a Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Lezíria do Tejo, que possibilita usufruir de apoios.

Sobre o orçamento e os grandes desafios para o ano de 2020, disse que tudo isto só é possível quando encaramos os recursos humanos como recurso estratégico, que aliás é um princípio que está plasmado neste documento na página n.º 10 *"As pessoas através do seu poder criativo e inovador, e com uma enorme capacidade de adaptação, são um valor absolutamente essencial em qualquer organização"*. Este princípio também foi essencial para, de facto, fazermos deste plano de atividades e orçamento um reforço de qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Se por um lado, temos necessidade, obviamente, de acautelar o crescimento da despesa com os recursos humanos, por outro lado, também é importante sabermos que eles não são só uma despesa corrente, mas também um investimento nas pessoas através do próprio investimento que as pessoas colocam naquilo que fazem todos os dias aqui neste Município.

Vereador Pedro Nobre

Cumprimentou os presentes.

Sobre o Orçamento, disse que não tinha mais nada a acrescentar àquilo que já foi dito pelos membros do executivo.

Vereadora Ana Bernardino

Cumprimentou os presentes.

Deixou uma palavra de apreço aos serviços e ao Senhor Vice-Presidente pelo documento em causa.

Tendo em conta que se trata de um município com rutura financeira e, conhecendo de perto, as restrições a que o mesmo está obrigado, este é um orçamento que reflete, sem dúvida, estas restrições, mas também, é um reflexo do reforço daqueles que trabalham e que temos de valorizar e que, são realmente o mote, também do nosso futuro.

Salientou a redução do pagamento a fornecedores para 31 dias, que é sem dúvida uma grande vitória.

É um orçamento que é da pequena obra, não muito mais do que isso, contudo acredita que tenha a ambição de fazer o que é possível nesta pequena obra. Este orçamento reflete, também, alguma prudência que é muito importante e fundamental, para ultrapassar estes tempos difíceis em termos financeiros.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

[Handwritten signature]

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Sallientou, ainda, o facto de haver abertura às forças políticas, pois permitem que estas também se responsabilizem, ou co-responsabilizem, na execução deste documento que, não pode ser um ato solitário do PS, partido eleito e que está, neste momento, à frente da C.M.C.

Entende o empenhamento e a motivação em fazer cumprir o orçamento em causa e, por isso, dá mais uma vez, um voto de confiança para que este orçamento seja aprovado e cumprido. Espera que 2020 seja um ano de cumprimento de algumas propostas que foram apresentadas nestes dois últimos anos e que, infelizmente, *“não puderam ver a luz do dia”*.

Vereador Jorge Gaspar

Cumprimentou os presentes.

Referiu que, em termos nacionais, o ano de 2019 foi, e está a ser, do ponto de vista económico, um ano irrepetível em termos de resultados, quer do ponto de vista:

- do crescimento económico;
- da redução do emprego e da criação de emprego;
- das próprias condições de financiamento do país junto dos mercados internacionais.

Esta circunstância, naturalmente, se repercute diretamente nas condições da gestão económica e financeira, por parte dos municípios, incluindo o Município do Cartaxo. Portanto, esperava que o orçamento de 2020, de alguma forma refletisse aquilo que foi o ano de 2019, na medida que todos esperam que, do ponto de vista da gestão municipal, se consiga aproveitar as condições objetivas que a economia proporcionou. Infelizmente, não vê nada disso.

Sabe que o Município do Cartaxo está sob resgate financeiro que foi vinculativo e obrigatório e que tem condições previstas na Lei, nomeadamente contratualizadas entre a comissão diretiva do Fundo Apoio Municipal e a Câmara Municipal do Cartaxo, sendo certo que a Lei prevê que, no prazo de 2 anos, após o início do Programa de Ajustamento Municipal, os municípios possam solicitar a revisão do mesmo. O nosso Programa de Apoio Municipal, entrou em vigor em março de 2017, portanto os dois anos completaram-se em final de fevereiro deste ano. Portanto, a C.M.C. estava em condições legais para solicitar uma revisão do Programa de Ajustamento Municipal, nomeadamente do ponto de vista daquelas que são as condições objetivas que o mesmo prevê e que, pelos vistos, se vão manter em 2020.

O Município do Cartaxo, tem:

- os impostos municipais mais altos do país;



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- as taxas municipais no limite máximo;
- uma "desaposta" no investimento e na prestação de serviço público.

Foi opção política deste Município e do executivo do Partido Socialista, não apresentar uma proposta de revisão ao FAM do nosso programa, que de alguma forma simbolizasse aquilo que se quer para o futuro. Relembrou que, ao contrário do que foi dito, várias vezes, em reuniões do executivo, quer pelo Senhor Presidente quer pelo Senhor Vice-Presidente, que a C.M.C. estava em negociações com o FAM para a revisão do programa. Numa das ultimas reuniões, quando questionou, se essas alterações já deviam de estar repercutidas neste orçamento, responderam-lhe que sim, porém não encontra nada que resultasse de uma eventual negociação com a comissão diretiva do FAM. Isso não aconteceu, a C.M.C. não apresentou ao FAM nenhuma proposta de revisão do programa de ajustamento municipal, ao contrário, do que fizeram outros municípios, há relativamente poucas semanas, nomeadamente o Município de Vila Nova de Poiares, que é, aliás, o Município Socialista mais empreendedor, pois conseguiu com a proposta de revisão do seu Programa de Ajustamento:

- isentar as empresas de derrama;
- isentar as empresas de Imposto Municipal sobre Transações;
- condições mais favoráveis à captação de investimento.

Assumidamente Município do Cartaxo e o PS, não quis que o programa de ajustamento municipal fosse revisto, caso contrário teria apresentado propostas nesse sentido.

Estar no orçamento o ano de 2020, 2018 ou 2019, seria exatamente a mesma coisa, porque aquilo que o Sr. Presidente nos disse hoje, foi o mesmo que disse à cerca de um ano. Este é o ponto que marca esta proposta de orçamento.

Adiantou que, muito em breve, numa das próximas reuniões de Câmara, vai, juntamente com o vereador Nuno Rosa Nogueira, apresentar formalmente uma proposta para a criação de um grupo de trabalho que tenha representantes de todas as forças políticas, com assento na Assembleia Municipal. De acordo com a proposta, este grupo de trabalho terá como objeto nos seus trabalhos, a apresentação de uma proposta de revisão do programa de ajustamento municipal, até ao final do primeiro semestre de 2020 e também uma proposta de revisão da taxa de financiamento do Município do Cartaxo até ao final do primeiro semestre 2021, quando se completam os 4 anos previstos no contrato para essa revisão. Espera que, quando esta proposta for apresentada, o executivo socialista a viabilize, dando um sinal de que o Município do Cartaxo está em condições económico-financeiras de apresentar uma proposta de revisão dos seus condicionalismos, que naturalmente favoreçam o investimento e a qualidade de vida



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

J.B.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

das pessoas e, também, um sinal prático efetivo de que há uma procura de alguma convergência política nessas matérias tão importantes para o nosso concelho e concidadãos.

Referiu que a proposta em análise foi apresentada aos vereadores sem o parecer do próprio Fundo de Apoio Municipal, que é obrigatório por Lei, ou seja, o executivo está a discutir e a deliberar uma proposta que tem os condicionamentos objetivos que todos conhecem e que têm vindo a ser discutidos até ao dia de hoje, mas não conhecem o parecer do Fundo de Apoio Municipal, porque o parecer em causa, ainda não existe.

Reafirmou que o Município do Cartaxo, preferiu não apresentar uma proposta de revisão do programa e preferiu manter os impostos e as taxas no máximo, assim como as condições de limitação ao investimento tão draconianas como conhecemos, mas se compararmos os números do ano de 2019 com os números da proposta de 2020, constatamos que, do ponto de vista das receitas, os impostos diretos previstos para 2020 somam 17,2 milhões de euros (receitas correntes) e em 2019, somam 14,2 milhões de euros. Existe um diferencial nas receitas correntes de 2019 para 2020 de 3 milhões de euros, que têm um diferencial de 1,5 no que toca aos impostos diretos (4,8 em 2019 e 6,3 em 2020). No seu entendimento, a C.M.C., prefere cobrar mais impostos e gerir os impostos que cobra aos seus concidadãos e às empresas, no pagamento de despesa corrente que têm vindo a subir, não só nos recursos humanos, mas, também, na estrutura de despesas municipais, o que é de lamentar na justa medida que consagra uma violação objetiva daquilo que está contratualizado com o Fundo de Apoio Municipal, apenas relevada pela comissão diretiva do fundo, porque de facto a receita dos impostos tem subido e, também, tem colmatado a despesa que tem vindo a subir, contudo esta situação asfixia, cada vez mais, aqueles que vivem e trabalham no concelho do Cartaxo e que mereciam outro tipo de tratamento.

Vice-Presidente

Disse que o vereador não se devia sentir enganado, porque para a realização do orçamento, o executivo tem estado a trabalhar com a comissão diretiva do FAM. Referiu que, a revisão, ainda, não se concretizou porque os serviços municipais, ainda não conseguiram fazer o documento final, contudo conta enviar a revisão até ao final do ano, pelo menos uma primeira proposta para o FAM avaliar, aliás, já há uma reunião agendada para o final da próxima semana.

Explicou que não é obrigatório o parecer do FAM ser submetido à reunião de Câmara, porque a reunião do executivo é soberana e, se houver alterações, o documento é devolvido aos serviços. Só na Assembleia Municipal é que o orçamento tem que ir acompanhado com o



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

[Handwritten signature]

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

parecer do FAM. Informou, ainda, que a comissão diretiva do FAM, de forma informal, já tem esta proposta de orçamento, aliás até ajudaram a fazer um pouco também esta proposta de orçamento.

Relativamente à situação da despesa da receita corrente, disse que o vereador está enganado e a receita do orçamento anterior eram 16.491 milhões de euros, e este ano são 17.241 milhões de euros (valor em termos de receita atual a 30 de setembro). O orçamento durante o período de execução vai sofrendo alterações e revisões.

Quanto aos impostos liquidados e não cobrados no valor de 1 milhão e quatrocentos mil euros, explicou que a lei permite incluir esta verba no orçamento para acomodar a despesa, nomeadamente os compromissos que transitam de um ano para o outro e, durante essa execução, o valor é anulado ou suprimido com a aprovação do saldo de gerência, por isso, é que o orçamento é de 14 milhões euros, mas o orçamento inicial foi 16.491 milhões de euros e este ano é 17 milhões de euros.

O Município do Cartaxo utiliza do saldo de gerência para reduzir o orçamento para que este seja mais adequado à realidade em termos de despesa, e também, para suprimir todos os outros valores que não vão transitar.

Vereador Jorge Gaspar

Perguntou se a comissão diretiva do Fundo Apoio Municipal já questionou a Câmara Municipal do Cartaxo sobre os 2,5 milhões de euros que vão transitar do ano de 2019 para 2020, alegadamente, para satisfazer pagamentos que também decorram deste exercício próximo seguinte, porque isto naturalmente prejudica a execução deste ano e favorece a execução do ano do próximo ano.

Vice-Presidente

Respondeu que o FAM já tinha questionado a C.M.C. e referiu que a dívida que transita para o ano n-1 para o ano n tem que ser cada vez menor. Neste momento, a C.M.C. tem tesouraria para fazer face ao cumprimento desses compromissos. Na próxima reunião de Câmara, poder-se-á verificar nos mapas de tesouraria o saldo em termos de tesouraria, caixa + bancos tem uma verba suficientemente justa para pagar todos os compromissos não comprometendo a dívida que passa para o ano seguinte.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

f.
B.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente

Concordou que o ano 2019 foi de facto um ano irrepetível para o país. Com uma governação socialista conseguiu-se provar que se mantém contas certas com mais emprego e com mais economia e, julga que, os eleitores reconheceram nas últimas eleições.

Referiu que os considerandos do vereador em relação à proposta de orçamento para 2020 foram repetidos, pois se observarmos a declarações deste na proposta de orçamento para 2019 verificamos que:

- sobre a proposta em concreto, disse pouco ou nada;
- sobre propostas de alteração, disse pouco ou nada,
- sobre aquilo que seriam as opções da Coligação Juntos pela Mudança PPD/PSD-NC, disse pouco ou nada.

Portanto, na sua opinião, esta proposta da criação de um grupo de trabalho é mais uma cortina de fumo e mais um salto em frente para de alguma maneira esconder a falta de alternativas, pelo menos aparente, quando elas não são postas em cima da mesa.

Salientou que todos têm a noção qual era a ordem de impostos quando a C.M.C. teve que aderir ao Programa de Ajustamento Municipal, e acha que é prudente da parte do município que, no conjunto das conversações que decorreram ao longo do ano com o FAM, para a renegociação do programa de ajustamento, o executivo tivesse a prudência suficiente para esperar pelas contas do primeiro semestre e pelos valores indicativos para o orçamento do próximo ano, tendo em conta que a negociação não fica prejudicada em virtude de em qualquer altura poder ser feita. O executivo nunca se sentiu constrangido ou inibido havendo aqui fatores determinantes para o próximo ano que estão a ser trabalhados, nomeadamente a questão da atualização tarifário de resíduos e a proposta do Governo que foi publicada há poucos dias. Acho que foi prudente da parte do executivo aguardar para ter uma linha orientadora sobre o que vai acontecer. Por exemplo, a meio do ano não era espectável um novo regime de bombeiros com a repercussões que vai ter no nosso orçamento, segundo dado, assim como o valor do salário mínimo. Para um município que está nas condições da C.M.C. é prudente aguardar, sobretudo em matérias não estão dependentes da decisão desta, para o executivo saber como é que as vai poder enquadrar.

Sobre o presente orçamento, reiterou que, da parte do vereador, não houve propostas alternativas, conversa ou discussão política, mas mantém a esperança que possa ainda discutir as opções orçamentais como o Vereador Nuno Nogueira.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Reiterou que, da parte do PSD, não houve nenhuma proposta de alteração em relação as taxas e tarifas que o município está a propor para o ano 2020. Pensa que essa proposta não surgiu porque reconhece que a atual liderança do PSD tem sentido responsabilidade.

Em relação a outras matérias que o vereador focou, transmitiu e retirou o que disse o Senhor Vice-Presidente sobre a leitura da Lei, contudo poderão ter uma interpretação errada, contudo se o Senhor Vereador encontrar alguma coisa na lei que obrigue a apresentação do parecer do FAM para a presente reunião, poderá lhe fazer chegar a norma legal que obrigue. Acrescentou, ainda, que ontem e anteontem, falou com o Diretor do FAM, o Dr. [REDACTED] e não teve nenhuma indicação em contrário em relação a esta questão.

Vice-Presidente

Contou que ontem, dia 30 de outubro às 19:10 horas, a C.M.C. recebeu uma carta da DGAL com o valor do IVA a inscrever no orçamento 2020, portanto já orçamento estava entregue e feito, ou seja, é mais uma receita que vamos ter e que supostamente já devia ser do conhecimento, mas foi ontem que a Dra. [REDACTED] informou que a C.M.C. vai receber mais 12.674 € de IVA. São situações que a C.M.C. não consegue controlar.

Vereador Jorge Gaspar

Disse que ouviu o Senhor Presidente com muita atenção e, num caso, com alguma estranheza, porque não se recorda de em 2 anos de reunião de Câmara, o Senhor Presidente ter defendido tão acerrimamente o Governo do Partido Socialista.

Quanto à discussão política disse que não pode haver mais discussão política onde a mesma assenta nos pressupostos com os quais um orçamento municipal é trabalhado, negociado e proposto e, seguramente, aprovado pelo executivo do PS. O ano passado não estávamos em condições de propor uma revisão do programa, portanto, tudo aquilo que disse hoje, teve que ser necessariamente diferente, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente. O ano passado estávamos a um ano e meio da vigência do programa de ajustamento municipal e não estavam reunidas as condições legais para esse efeito.

Percebe, em termos objetivos, o que disse o Senhor Presidente em relação a esperar por aquilo que vem, mas não colhe na justa medida que isso vale todos os anos para a preparação do orçamento municipal. A instabilidade que pode vir de alguma alteração da receita espetável acontece todos os anos e a proposta de orçamento em análise que, por ventura, a fazer fé naquilo que foi dito, daqui a algumas semanas pode já não coincidir com a realidade, e



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

B.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

caso isso aconteça, quando for apresentada uma proposta de revisão do programa terá que ser retratada ou plasmada, numa revisão deste orçamento.

Referiu que o PSD não apresentou uma proposta de alteração das taxas porque não houve revisão do programa e se apresentasse seria uma proposta ilegal. A C.M.C., infelizmente, não está em condições de baixar taxas, a menos que o executivo do PS tivesse proposto a revisão do programa e, assim, facilitava essa mesma descida para potenciar o investimento da nossa terra, o não aconteceu.

Presidente

Em relação à primeira questão disse que, independentemente, de o Governo ser, ou não, do seu partido, na qualidade de presidente de câmara irá sempre bater o pé com o Governo, seja do PS ou de outro partido, sempre que entenda que os interesses do Município do Cartaxo não estejam a ser bem defendidos. Deu o exemplo da questão dos Bombeiros, pois considera que o Município do Cartaxo está a ser plenamente injustiçado.

Referiu que não pode comparar uma alteração a uma revisão de um orçamento com uma alteração de um programa de ajustamento que nos vincula a 30 anos, portanto continua a reiterar que a prudência e o sentido de responsabilidade devem prevalecer. Naturalmente, a C.M.C. já podia ter feito um chamado número político para apresentar um projeto de revisão, mas optou por não o fazer, até porque o passado recente aconselha-nos a ter esta prudência e a esperar pelo cenário do próximo orçamento que, de alguma maneira, irá orientar o programa de Governo para os próximos 4 anos, para saber com aquilo que contamos.

Em relação à questão dos factos, apresentou 10 indicadores para provar que, apesar de não ser como o desejado, o ano de 2019 também está a ser bastante positivo do ponto de vista dos indicadores económicos e financeiros:

- o resultado líquido em 2013 era negativo em um milhão novecentos e dezanove mil euros;
- o primeiro semestre foi fechado com o resultado líquido positivo acima dos 2,3 milhões, portanto passamos de negativo para 1,9 milhões euros para 445 mil euros positivos, houve uma evolução positiva de 2,3 milhões de euros;
- os resultados operacionais, que muitas vezes são focados, passaram de 838.000 mil euros negativos para 192.000 mil euros positivos, houve uma melhoria de mais de um milhão de euros;
- os pagamentos em atraso acima de 90 dias passamos de 22,1 milhões de euros para 127.000 mil euros;



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- o prazo médio de pagamento passou de 373 dias para 31 dias;
- nas dívidas a transitar passamos de mais de 29 milhões para 367 mil euros;
- a taxa de execução orçamental estava entre os 19% e 20 % e o ano foi fechado acima dos 80%
- os fundos disponíveis eram 36 milhões negativos passaram para quase 2 milhões e meio positivos;
- os fundos próprios eram negativos em quase 19 milhões de euros e passaram para cerca de 12 milhões de euros, ainda que negativos. Portanto melhoramos a quase 6,5 milhões de euros;
- a taxa de derrama cobrada em 2013 era sensivelmente 236.000 mil euros agora anda acima dos 420.000 mil euros. Melhorou quase em 77%.

Sublinhou, ainda, que mesmo com dificuldades financeiras, as transferências para as juntas de freguesia, que andavam à volta dos 456.000 mil euros, vão andar acima dos 540.000 mil euros, neste mandado. Houve uma melhoria de 18%.

Salientou que, mesmo com dificuldades e, naturalmente com o acesso ao Fundo de Apoio Municipal, o caminho do Município do Cartaxo continua a ser positivo.

Todos querem muito mais e muito mais depressa, mas todos aqueles que vivem no Cartaxo sentem as dificuldades da C.M.C. Também sabe que nos seguintes itens foram esgotadas as receitas reais, ou seja:

- salários 7,1 milhões de euros;
- aquisições de bens e serviços acima dos 5,3 milhões de euros;
- serviço da dívida entre os 2,4 a 2,5 milhões de euros.

Aqui a margem é muito estreita.

Vereador Jorge Gaspar

Questionou qual a taxa da execução da despesa.

Vice-Presidente

Respondeu que, no ano passado, foi 76,8%. Explicou que a taxa de execução da despesa é mais baixa, mas a C.M.C. passou um ano com menos compromissos e com menos despesa. Uma coisa é a C.M.C. passar o ano com uma taxa baixa e com muita dívida, mas passou o ano com uma taxa de execução inferior, que a Lei não obriga, aliás o indicador da Lei e da DGAL é apenas a receita, mas esta receita ou a baixa taxa de execução estavam nas disponibilidades. A



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

C.M.C. passou o ano com 3 milhões de euros de saldo para o ano seguinte e com menos dívida a transitar, portanto é preciso fazer este enquadramento.

Corrigiu o valor do IVA que a C.M.C. vai receber, que por lapso, mencionou 12.674 € em vez de 126.744,01€.

Vereador Nuno Nogueira

Tendo em conta que a sua intervenção é a ultima, os vereadores já esgotaram, praticamente, tudo aquilo que tinha para dizer.

Não concorda com a ultima intervenção do Senhor Presidente quando referiu que a Coligação Juntos pela Mudança – PPD/PSD-NC, pouco ou nada disse sobre o orçamento e não apresentou alternativas, aliás na ultima reunião do executivo, apresentou uma proposta no âmbito do recurso a fontes de energia renovável na sequência da C.M.C. pagar cerca de 700 mil euros de energia elétrica, que faziam muita falta para a repavimentação das vias do concelho, entre outras prioridades. Neste aspeto, este orçamento não contempla nada ao nível de geração de energia renovável, não só para colmatar os 700 mil euros de energia elétrica, como também a nível de receita.

Referiu que, no início da proposta de orçamento é abordado como ponto prévio, relativamente à questão e ao trabalho que foi desenvolvido com um processo de negociação com credores. Neste sentido, questionou como está esse processo em termos de renegociação com credores.

Nesta proposta de orçamento é abordado um conjunto de empresas que são entidades participadas pelo Município. Questionou qual a estratégia do Município para manter na proposta de orçamento estas empresas, nomeadamente a Inovregio e a Idersant.

Questionou de que forma estão acauteladas neste orçamento as recomendações da Inspeção-Geral de Finanças, plasmadas no relatório da ultima auditoria.

Presidente

Saudou o vereador, pela sua intervenção estar focada na proposta de orçamento.

Em relação às empresas participadas pensa que já deu nota, quer em reunião do executivo quer em Assembleia Municipal, do esforço que o executivo tem feito para extinguir a Inovregio e a Idersant. Já não sabe dizer o número de vezes que procurou reunir todos os associados para este efeito, mas nunca houve quórum suficiente para poder extinguir as empresas em questão. Vai fazer o ponto de situação sobre este assunto para trazer à próxima reunião do



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIAO EXTRAORDINARIA DA CÂMARA MUNICIPAL

executivo. Em relação à Idersant decorre um processo judicial. Em relação à Tagusgás, à semelhança dos municípios que são servidos pela empresa, apesar de uma quota pequena, julgamos que é interessante ter assento nos órgãos sociais, para a C.M.C. poder participar naquilo que são as decisões, o orçamento e as prioridades de intervenção da empresa para o nosso território.

Vice-Presidente

Referiu que as receitas ao contrário das despesas têm regras bastante definidas na Lei das Finanças Locais. Não se pode inscrever uma receita que não seja validada por dois métodos, ou pelo método da avaliação direta ou pelo método dos últimos 3 anos das receitas que foram cobradas. Em termos de energia, a C.M.C. não consegue inscrever uma verba, porque não tem nenhum histórico. Quando o histórico vier é classificado na próxima revisão como uma receita extraordinária, em termos de orçamento, e um proveito extraordinário, em termos de contabilidade patrimonial, e só depois se pode inscrever esta verba.

Relativamente à questão da inspeção da IGF, referiu que a equipa liderada por si na área da DGF são pessoas extremamente competentes que estão sempre atentas à questão da revisão do plano. Sempre pugnamos por esforço e recursos próprios, não gastando dinheiro ao município em estudos e projetos, como aconteceu no passado, aliás, fomos responsáveis pelo Plano de Ajustamento Municipal, que na sua íntegra, cumpre com o que foi estipulado e reconhecido pela Direção do FAM, nos primeiros dois anos.

Referiu que o regulamento de controlo interno será aprovado no mês de dezembro na Assembleia Municipal e, neste momento, está a ser analisado pelo Revisor Oficial de Contas para este dar o seu parecer.

Independentemente, do executivo não esperar mais, e foi uma decisão para cumprir com o parecer do IGF pela contabilidade de gestão e veio do SNC, que até esta data ainda não sabe muito bem se pode influenciar, nomeadamente na contabilização dos ativos do Município do Cartaxo, no próximo orçamento e neste orçamento. Na melhor das hipóteses, pode ser, apenas, de uma forma contabilística que pode influenciar os capitais próprios do Município. Pode influenciar a forma como os números são apresentados, mas são meramente uma questão contabilística, não tem nada a ver com uma questão de dinheiro. Trata-se, apenas, de fazer face à Lei.

Neste momento, o Município do Cartaxo já respondeu à IGF com as recomendações que estão a ser implementadas, nomeadamente na cobrança da receita.



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Quanto aos credores, referiu que a negociação que está para trás foi feita e, neste momento, a C.M.C. paga a tempo e a horas. Contudo, sente que, na área do aprovisionamento, a C.M.C. tem um défice tarifário e, por vezes, não há tempo necessário para a C.M.C. se dedicar a um processo negocial, caso a caso, em determinadas compras. Neste sentido, já está em curso a aquisição de mais um recurso para a área do aprovisionamento para, também, tirar uma parte desta área à DAOEM e passá-la só para a área de aprovisionamento, nomeadamente concursos públicos e obras de adjudicação direta, portanto, isolar esta parte e dedicar uma só pessoa ao processo negocial, com uma classificação de fornecedores, ou seja, com certos critérios de avaliação dos fornecedores (qualidade, tempo de resposta de orçamentos, etc.). Pensa que deste modo pode advir alguma poupança, nomeadamente nas aquisições de bens e serviços.

Vereador Nuno Nogueira

Em relação à energia, referiu que o esclarecimento dado pelo Sr. Vice-Presidente não era o que pretendia. Acha que, no orçamento em análise, deveria haver uma linha que preconizasse pelo menos um estudo, para que todos pudessem perceber que tipo de investimento o Município precisava de fazer para que a fatura de energia chegasse ao zero e, eventual, ser produtor. A proposta da Coligação PPD/PSD-NC, era nesse sentido.

Presidente

Tal como já tinha transmitido, é uma matéria sobre a qual a C.M.C. está a trabalhar, mas não tem indicadores para inscrever na proposta de orçamento os valores que o Vereador está a solicitar. Logo que tenha esses valores esta matéria irá caber dentro deste instrumento provisional.

Vice-Presidente

Felicitou o Sr. Vereador Nuno Nogueira por uma das ideias que foi debatida no primeiro mandato, a energia reativa. Neste sentido, informou que a C.M.C. comprou dois condensadores e agora vai comprar mais dois, um para o Centro Cultural do Cartaxo e outro para os Bombeiros Municipais, pois a poupança é efetiva.

Vereador Nuno Nogueira

Solicitou que o executivo verificasse se esta matéria tem enquadramento no Decreto-Lei sobre as energias renováveis, publicado no dia 25.10.2019.

Deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada com cinco votos a favor (PS) e dois



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

votos contra (Juntos pela Mudança – PPD/PSD-NC).

Encerramento

No final da reunião, foi aprovada, por unanimidade, a minuta da ata, a qual foi assinada pelo senhor Presidente e por quem a lavrou, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, deu como encerrada a reunião, quando eram 16 horas e 10 minutos. Para constar se lavrou a presente ata, e eu, Luís Miguel da Silva Benavente, a redigi e subscrevi e vou assinar junto do Senhor Presidente.

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

Luís Miguel da Silva Benavente